



A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA COMO MEIO DE INCLUSÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE IGAPORÃ, BAHIA

Lucas Lopes Silva – Universidade do Estado da Bahia

Sandra Aparecida Lima Silveira Farias – Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

Este trabalho intenta discorrer sobre a acessibilidade linguística de estudantes surdos(as) no município de Igaporã (BA), partindo da Língua de Sinais Brasileira (Libras) como meio de inclusão na rede pública de ensino do município. Para tanto, objetivou-se averiguar os principais desafios que dificultam a acessibilidade linguística e discutir como se dão as relações entre professores, alunos(as) surdos(as) e intérpretes de Libras neste contexto. A presente investigação se insere no âmbito da pesquisa de abordagem qualitativa interpretativa, cujos locais de análise foram duas instituições de ensino igaporaenses. Dentre os principais desafios estão as dificuldades desses estudantes com a leitura e a escrita, o pouco conhecimento da Libras e a falta de formação docente voltada à educação dos surdos. Ficou evidente que a oferta de programas para a melhoria da formação docente por parte do poder público e a efetivação de políticas socioeducacionais que contemplem as necessidades específicas da pessoa surda emergem como fatores precípuos para uma educação mais equitativa no município.

Palavras-chave: Acessibilidade Linguística. Inclusão. Libras.

INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a pessoa surda sofreu diversas privações no que se refere ao acesso a seus direitos. Porém, nos últimos anos, tem sido perceptível um aumento nas discussões concernentes à inclusão desses indivíduos no âmbito educacional, o que pode ser observado por meio das conquistas legais no que se refere à acessibilidade. A respeito do Brasil, o Censo Escolar de 2022 registrou o número de 17.141 estudantes surdos, 37.625 com deficiência auditiva e 548 alunos com surdocegueira¹. Apesar disso, uma grande parcela da

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/confira-o-panorama-dos-surdos-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 14 jul. 2024.



população brasileira não sabe utilizar a Libras, o representa um agravante para a inclusão e acessibilidade.

O município de Igaporã situa-se na região Sudoeste da Bahia e se distancia da capital Salvador aproximadamente 800 quilômetros. Compõe o Território de Identidade Velho Chico² e possui uma população estimada em 15.527 habitantes. Localiza-se próximo à Chapada Diamantina e tem como cidades limítrofes Macaúbas, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Tanque Novo, Caetitê, Matina e Riacho de Santana. De acordo com o Índice de Desenvolvimento das Cidades³ (IDSC-BR), há grandes desafios no que se refere ao número de escolas com recursos multifuncionais para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) no município de Igaporã, cujo público-alvo engloba estudantes com necessidades específicas de aprendizagem, como o(a) surdo(a).

OBJETIVOS

A pesquisa intenta compreender de que maneira a Libras está sendo utilizada na rede pública de ensino do município de Igaporã (BA). Para tanto, objetivou-se averiguar quais instituições de ensino das redes municipal e estadual de Igaporã atendem estudantes surdos(as); verificar os principais desafios que dificultam a acessibilidade linguística aos(às) surdos(as) no contexto escolar do município e discutir como se dão as relações entre professores(as), alunos(as) surdos(as) e intérpretes de Libras nas instituições pesquisadas.

METODOLOGIA

² O Território de Identidade Velho Chico abrange 16 municípios baianos numa área de 46.328,38 km². Ele é banhado pelo rio São Francisco, e formado pelos municípios Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. Neste território, no que se refere à questão econômica, destacam-se a produção agrícola e agropecuária ao passo que a indústria é pouco desenvolvida (SIPAC, s/d).

³ Plataforma *on-line* que permite acompanhar a situação das cidades brasileiras em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>.



Este estudo insere-se no âmbito da pesquisa de abordagem qualitativa interpretativa. Creswell (2007) aponta que esse método de investigação é indutivo, visto que o pesquisador gera significado a partir dos dados coletados em campo para, então, desenvolver temas a partir dessas informações. Em seguida, foram realizados questionários semiestruturados direcionados aos(as) professores(as) e alunos(as) surdos(as) da sede e da zona rural, bem como à intérprete de Libras que acompanha um desses alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Carlos é um dos participantes da pesquisa. Ele já nasceu surdo, tem 11 anos de idade e estuda na sede de Igaporã. Cursa o 6º ano do Ensino Fundamental e utiliza sinais da Libras e a leitura labial para se comunicar no ambiente escolar. Ele tem dificuldades com a disciplina de Língua Portuguesa, sobretudo se/quando esta é a única língua utilizada na comunicação em sala. Por outro lado, ele apresenta um bom desempenho em Matemática. Já quuma das dificuldades sentidas por Carlos é *“na comunicação, pois a maioria das pessoas não conhece a Libras”* (Carlos, 28/06/24).

Helen também nasceu surda, tem 12 anos de idade e cursa o 8º ano do Ensino Fundamental, numa escola localizada na zona rural do município de Igaporã. Ela se comunica com as pessoas através de gestos e por sinais de Libras, que aprendeu com os professores e a família. A maior dificuldade enfrentada por Helen é referente à apreensão da leitura e da escrita, o que afeta o aprendizado das outras disciplinas.

Helen não estava sendo acompanhada por um(a) intérprete de Libras no momento da pesquisa, mas já havia sido anteriormente. Sobre a intérprete, Helen (21/06/24) diz que *“era muito boa”* e que *“aprendeu bastante”*. Esse comentário evidencia a importância da presença e do acompanhamento desse profissional em sala de aula. Muitas vezes, a ausência do intérprete pode estar relacionada à falta de profissionais disponíveis ou à desvalorização salarial, ainda que esta seja uma profissão legalmente reconhecida pela Lei nº 12.319/10.

A professora Cristina diz que os principais desafios que encontra durante sua prática é o fato de *“não ter sido orientada sobre como trabalhar com uma aluna surda, segundo por não*



ter suporte suficiente para esse atendimento” (Professora Cristina, 27/06/24). Outra dificuldade apontada por ela é a falta do profissional intérprete em sala. Como forma de promover a acessibilidade linguística e fortalecendo a comunicação, é empreendido o esforço pessoal com a adaptação de conteúdos e atividades, o que segundo ela, *“facilita a participação e o entendimento da aluna”* (Professora Cristina, 27/06/24).

Uma outra professora, Lodenir, durante a rotina em sala, *“[...] procur[a] ficar de frente para o aluno [Carlos], pois o mesmo faz a leitura labial, o que facilita o entendimento dele, e realiz[a] atividades adaptadas para facilitar no aprendizado”* (Professora Lodenir, 27/06/24). A iniciativa de se colocar em frente ao aluno no momento da explanação dos conteúdos é algo muito positivo, porém não é o suficiente, pois é preciso que tanto o emissor quanto o receptor façam uso do mesmo código linguístico. Assim, é interessante que haja o incentivo *contínuo* por parte de todos os docentes para que o aluno *continue* a aprimorar a Libras.

Laura é a intérprete que acompanha Carlos. Ela revela ter um bom relacionamento com os docentes, porém indica que ainda não há um planejamento conjunto no que se refere, por exemplo, ao desenvolvimento das atividades. A articulação desse profissional com o quadro docente e o seu envolvimento na dinâmica escolar podem corroborar para a construção de um currículo mais inclusivo. Para tanto, urge que haja uma valorização por parte, não só do poder público, como também dos docentes que compõem o quadro da instituição em que o intérprete atua. Como foi possível observar, essa valorização está intimamente relacionada à aceitação da Libras, tanto pelo(a) surdo(a) com pelos demais integrantes do contexto escolar.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento desta investigação a respeito da acessibilidade linguística envolvendo o uso da Libras no contexto educacional do município de Igarorã tornou possível a consideração da língua de sinais e da sua utilização no cotidiano escolar. Diante do exposto, fica evidente que são necessárias leis, decretos e outras normativas que especifiquem as medidas necessárias referentes ao acesso educacional e acessibilidade linguística. Para tanto, é imprescindível a participação dos(as) surdos(as) na elaboração dessas políticas.



No que se refere ao município de Igaporã, constatou-se que duas escolas atendem a estudantes surdos, mas o uso da Libras no desenvolvimento das relações de ensino-aprendizagem, de modo geral, ainda se resume na utilização de noções básicas tanto por parte dos professores quanto pelos próprios estudantes surdos. Dentre os principais desafios relacionados aos estudantes estão o aspecto comunicacional e dificuldades na leitura e escrita. Em relação aos demais participantes, encontram-se o pouco conhecimento de Libras e a mínima formação docente voltada à educação específica de surdos.

Também podem ser destacados o planejamento de atividades e recursos adaptados mediante uma orientação docente efetiva, a oferta de oficinas e da disciplina de Libras na escola e a presença de um profissional intérprete em sala. Tais fatores, atrelados à efetivação das medidas educacionais, sobretudo, por parte do Estado e das instituições competentes, emergem como precípuos para a garantia dos direitos linguísticos e de aprendizagem dos estudantes surdos.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, J. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **IDSC-BR Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2024.